



Anais da Assembleia

N.º 78

CURITIBA, EM 27 DE AGOSTO DE 1984

ANO X

2. SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 71.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1984.

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Márcio Almeida e Orlando Pessuti.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Lêonidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 164/84

Ao Art. 5.º acrescenta-se o seguinte parágrafo único:

Parágrafo Único: Para a concessão das referências aos professores regionalista e não habilitados aposentados ou não, tome-

-se por base a Classe A, Nível 1, do Quadro Próprio do Magistério, obedecidos os percentuais determinados pelo artigo 34 da Lei 7.424/80, combinado com o artigo 10, incisos I e II da Lei 7.517/81.

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

A Liderança do PMDB nesta Casa, vem indicar a Vossa Excelência o Deputado Roberto Requião como membro titular da Comissão de Orçamento, em substituição ao Deputado José Tadeu Bento França, conforme prévio ajuste entre os referidos Deputados.

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) NILSO SGUAREZI - Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a tramitação em Regime de Urgência, o Projeto de Lei n.º 177/84, que outorga título de cidadão honorário do Paraná, a Dom Pedro de Casaldáliga.

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

REQUEIRO, na forma regimental, regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar n.º 164/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem 134/84, que objetiva alterar o dispositivo no Caput do art. 143 da Lei n.º 6174, de 16/11/70 (revisão de proventos de funcionários civis aposentados)).

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 185/83, de sua autoria, que visa autorizar o Poder Executivo destinar verba a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

REQUEIRO, preferência na votação para o Projeto de Lei n.º 26/84, constante da Ordem do Dia marcada para o dia de hoje.

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) Luiz Alberto Martins.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tuguio Setogutte, no uso de suas atribuições e com base no Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar à Família Angelo Moreira da Fonseca pelo seu lastimável passamento, ocorrido a 24 de agosto do corrente.

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) Tuguio Setogutte.

JUSTIFICATIVA:

É lamentável a perda deste ilustre companheiro, pioneiro da Região de Umuarama, que ultimamente vinha exercendo a chefia da Ciretran de Umuarama, exemplo de trabalho e honradez que deve ser seguido por todos.

Encaminhe-se este expediente à Av. Presidente Castelo Branco, 4170 - Umuarama - Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de telex ao Senhor Ministro dos Assunto Fundiários, ao Conselho de Segurança Nacional e ao Presidente da República, solicitando imediata intervenção a fim de impedir o despejo de inúmeras famílias alojadas na Fazenda Anoni que irá provocar respeitável instabilidade social na Região Sudoeste do Paraná.

Que da decisão sejam comunicados a ACAMSOP - AMSOP, bem como os Sindicatos de Trabalhadores de todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) Nilso Sguarezi.

Líder do PMDB e do Governo

JUSTIFICATIVA:

Despejar as 648 famílias que trabalham na Fazenda Anoni, por mais de ano, será o paradoxo da política rural.

O interesse social, para um governo preocupado, deve ser suficiente para esquecer os entraves burocráticos ou até jurídicos, na finalidade maior de estabelecer a tranquilidade e paz social.

O Governo Federal, não pode se omitir nesta situação tem que intervir para evitar o pior que será o despejo dessas famílias, que desejam apenas e tão somente o direito de continuarem trabalhando e produzindo.

Junte-se, ainda, a reportagem da FOLHA

DE LONDRINA que evidencia e justifica este pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de moção de apoio ao Movimento Brasil Informática.

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A política de informática e a reserva de mercado para o desenvolvimento da indústria e Tecnologia Nacional nesta área correm sérios riscos.

Esta apetitosa fatia da economia nacional está sendo cobiçada pelos interesses multinacionais, ávidos de mais lucros e preocupados em não deixar fortalecer-se um segmento genuinamente nacional.

O assunto é tão relevante que já provocou a criação do Movimento Brasil Informática integrado pela SBPC, SBC, APPD, ABICOMP, Federação Nacional dos Engenheiros que lançou, em 2 de abril p.p, o Manifesto "Em Defesa da Tecnologia Nacional" cuja íntegra transcrevemos nos anais desta Assembléia:

"A tecnologia constitui, hoje, um instrumento por meio do qual as nações mais avançadas submetem os países subdesenvolvidos à condição de importadores de produtos sofisticados de aplicação, muitas vezes, questionável. Em contra partida, resta-lhes a exportação de mão-de-obra barata e de suas riquezas naturais. Por essa razão, o caminho da soberania passa necessariamente pela emancipação tecnológica. E somente através de competência tecnológica própria, as nações menos desenvolvidas poderão encontrar soluções para os reais problemas nacionais.

Existe um esforço deliberado por parte das nações industrializadas em caracterizar tecnologia, não como um bem cultural que ela é, mas como uma mercadoria objeto de transações comerciais. Tecnologia, por ser habilidade, não se compra nem se transfere, mas se desenvolve no exercício, na prática.

Dentre os vários campos de desenvolvimento tecnológico, o de informática é, sem dúvida, um dos mais importantes pela sua penetração. O Brasil optou pela implantação de uma política de desenvolvimento tecnológico na área de informática que vem mostrando grande eficácia para garantir o domínio nacional dessa tecnologia e tornar a Nação mais autônoma e menos dependente.

A política nacional de informática é inovadora, mesmo no âmbito internacional. Graças a ela, o Brasil se transformou, em pouco tempo, de mero usuário de máquinas

importadas em produtor, capaz de gradativamente passar a dominar todo o ciclo tecnológico desse setor. Esta estratégia capacitou empresas genuinamente nacionais a projetar, fabricar e utilizar sistemas de informática.

O sucesso da política nacional de informática contraria interesses substantivos que hoje, com o objetivo de destruir os mecanismos que sustentam todo o investimento nacional do setor, se articulam no sentido de explorar ainda mais o atraente mercado brasileiro.

RECONHECENDO QUE

1- A soberania de uma nação está condicionada à sua capacitação tecnológica;

2- O processo de capacitação tecnológica decorre da atividade prática interna, a partir do reconhecimento dos problemas propostos pela realidade nacional, sendo a indústria genuinamente nacional o instrumento de consolidação de tecnologia desenvolvida no país;

3- Uma indústria nacional com tecnologia própria construída com base no mercado interno, tendo a capacidade de desenvolver produtos diferenciados e sem sofrer restrições por parte de licenciadores externos, é a única que pode exportar de maneira significativa;

4- A indústria nacional, por garantir o uso intensivo, em seu processo produtivo, de inteligência brasileira aprimorada nas instituições de ensino e pesquisa, possibilita o completo domínio de todo o ciclo tecnológico;

5- Os resultados conseguidos até agora demonstram que a indústria nacional de informática caminha para a maturidade, gerando mais e melhores empregos, produzindo os sistemas de informática necessários ao desenvolvimento do país com menor dispêndio de divisas, comparadas às multinacionais do setor que nele operam;

6- Somente uma indústria nacional de informática tecnologicamente competente, poderá criar condições para desenvolvimento de uma tecnologia de uso dos sistemas adequada à realidade nacional.

MANIFESTAMOS:

1- Apoio à Política Nacional de Informática, repudiando todas as pressões internas ou externas que procuram modificá-la em benefício de poderosos interesses, contrários ao interesse maior da Nação.

2- A necessidade do empenho de toda a Nação e em particular ao Congresso Nacional, para a aprovação urgente de mecanismos legais de estímulo e proteção permanentes ao desenvolvimento tecnológico nacional, buscando assegurar, pelo instrumento de reserva de mercado, a emancipação tecnológica, do país."

Estes são os fundamentos porque a Assembleia Legislativa do PR deve se solidari-

zar a um movimento que já conta com o apoio de mais de uma centena de deputados e de cerca de 300 entidades da sociedade brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, de acordo com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, aos Secretários de Estado, da Educação e da Administração, para que seja concedida a remoção com fundamento no Art.68 da Constituição Estadual vigente e no Art.67 da Lei n.º 6.174/70 a professores remanescentes do último concurso público estadual de sua carreira, e conforme passa a justificar.

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Centenas de professores, casados e com responsabilidades familiares, encontram-se atualmente deslocados à centenas de quilômetros do domicílio da família e muitos deles viajando semanalmente para seus locais de trabalho.

Levantado esse quadro geral em todo o Estado do Paraná forma-se até um quadro triste e desolador para a administração pública estadual, que por imperativo das circunstâncias, herdando do Governo passado as mazelas de um concurso público do magistério mal elaborado e programado, está enfrentando as dificuldades do momento, buscando uma luz no direito legal e legítimo para resolver esses problemas extremamente humanos.

Não foi sem esforço que a Secretária de Estado da Educação já apresentou até o momento algumas alternativas cabíveis no contexto administrativo, como a colocação desses cargos de magistério em funções administrativas de relevância, em direções de escolas, em inspetorias e em outros cargos em comissão.

Mesmo assim a administração estadual não pôde solucionar, a contento da classe, a maioria dos problemas atinentes às vagas escolhidas em janeiro presente ano.

De um lado, a Senhora Secretária de Educação tem razão em afirmar que a escolha foi livre, e quem escolheu sabia do regulamento do respectivo concurso, que determina permanecer no local de escolha por dois anos, pelo menos. De outro lado, há que se considerar o aspecto humano da questão, e principalmente o aspecto legal das possíveis remoções, sem esquecer o aspecto ensino-aprendizagem da educação que está em jogo.

Sob o aspecto ensino-aprendizagem, as viagens semanais constantes de professores

à centenas de quilômetros do local de origem familiar têm acarretado uma diminuição sensível no processo educacional, com prejuízo para os alunos das escolas estaduais.

Qual o professor que pode render bem em seu trabalho, se senalmente está obrigado a se deslocar do convívio de sua família, com despesas extraordinárias, quando em sua própria cidade de origem ou em cidade próxima há uma vaga em sua disciplina de concurso para ser preenchida?

Sob o aspecto humano, há que se alegar, além do problema econômico dessas deslocamentos semanais, as dificuldades de locomoção, os riscos de viagens contínuas e o desamparo do lar, para professores casados.

Sob o aspecto jurídico, faço uma concatenação de dispositivos legais, com o intuito de alertar as autoridades constituídas sobre a possibilidade de sanar legalmente, pelo menos parte desse problema angustiante, com o instituto da remoção.

O EDITAL n.º 35/79, de 27/06/79, da Diretoria da então Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, que tornou público o concurso do magistério efetivado em 1979, diz na alínea "e" das Disposições Gerais:

"Para efeitos do artigo 31 da Lei Complementar n.º 7/76, não será efetivada remoção de funcionários nomeados em função deste concurso, enquanto perdurar o estágio probatório".

A mesma Lei Complementar n.º 7/76, em seu artigo 49, afirma: "Remoção é a passagem do exercício do professor ou especialista de Educação de um para outro complexo escolar, centro interescolar ou estabelecimento de ensino, preenchendo vagas, sem que se modifique sua situação funcional". (Grifou-se).

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um dispositivo de regulamentação de concurso não poderia ferir uma lei maior na qual ele se insere e se fundamenta. O Edital n.º 35/79, exigindo permanência do professor no local da escolha durante o estágio probatório, não pode contrariar o disposto no artigo 49 da Lei Complementar n.º 7/76, que permite remoção de professor mesmo em estágio probatório, "sem que se modifique sua situação funcional".

Desde que a administração ache conveniente, a remoção de professor ou especialista de Educação é permitida legalmente mesmo que este se encontre em estágio probatório.

Ademais, diz o artigo 68 da Constituição Estadual vigente:

"As mulheres será assegurada

transferência para o domicílio da família, se o marido também for funcionário, ou se a natureza do seu emprego assim o exigir".

O dispositivo constitucional da remoção é amplo, atingindo especificamente às funcionárias públicas casadas, no caso às professoras. E o dispositivo é categórico: assegura-lhes o direito da remoção para o domicílio da família. Não há como alegar ou interpretar que o marido deva ser removido para que a esposa tenha o direito da remoção. Qualquer outra interpretação é falaciosa.

Como o próprio texto constitucional é discriminatório, beneficia apenas a mulher, faço questão de ampliar o universo da remoção, atingindo também professores casados com funcionárias públicas. Para tal, faço alusão ao artigo 67 da Lei n.º 6174/70, de 16/11/70, que diz:

"Ao funcionário será assegurado o direito de remoção para cargo equivalente, no lugar de residência do cônjuge, se este também for servidor público".

Ao homem-funcionário público, o local de residência da família é onde reside a esposa-funcionária pública. A lei assegura-lhe, pois, o direito de remoção para o local de residência da família, independente de verificar se sua família mudou-se, ou não. O direito de remoção não implica em obrigação de mudança de domicílio do outro cônjuge. Essa é a clarividência do texto legal. E nada mais a interpretar.

O Diário Oficial do Estado n.º 1.821, do dia 10 de julho, publicou em suas páginas o Edital n.º 06/84, de 05/07/84, da Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Educação, relacionando as vagas existentes nas escolas estaduais de todo o Estado do Paraná.

Essas vagas, pelo que tenho informação, não foram preenchidas em sua maioria. Foram ofertadas para remoção de professores e especialistas de Educação. As remanescentes e outras que possam ser levantadas em razão de inúmeras aposentadorias que saem diariamente, poderão ser utilizadas para as remoções que são objeto deste requerimento.

O Senhor Governador José Richa, ao fazer alusão ao problema de remoção de professores remanescentes do concurso de 1979, disse que seu Governo se aterá principalmente no aspecto legal da situação funcional desses professores.

Esse é, pois, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o aspecto legal do direito de remoção desses professores, levando-se em consideração os dispositivos dos artigos 68 da Constituição e 67 da Lei 6174/70, e a ineficácia legal do dispositivo que veda remoção em estágio probatório.

rio, contrariando lei maior.

Apelo, pois, aos sentimentos de justiça e de humanidade do Senhor Governador, da Professora Gilda Poli Rocha Loures, da Educação, e do Secretário da Administração, Dr. José Olímpio de Paula Xavier, para que liberem as remoções desses professores.

E o mais importante, o produto do processo ensino-aprendizagem será melhor: o aluno terá melhor rendimento na escola onde o professor ministra aulas sem problemas que o possam constranger.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando-lhe que, através da DEFESA CIVIL e com a cooperação da Polícia Estadual, faça desencadear operações "pente-fino" de salvamento, vasculhando-se ruas ermas e solitárias, becos e necrotérios para onde estão indo os desabrigados na rota da agonia progressiva fabricada pelo frio das noites gélidas de Curitiba.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança, solicitando-lhe determine o recolhimento dos paranaenses sem teto e andariños vindos de todas as partes junto a albergues, casa do migrante e outros abrigos de qualquer espécie. Acoçados pelas geadas ao relento, nossos irmãos demitidos do mais elementar conforto pelo capitalismo selvagem estão agonizando um pouco por dia à beira de velhas construções abandonadas, nas calçadas ou no amontoado caótico dos necrotérios aonde estão indo em número cada vez maior. Em Curitiba, os desvalidos estão mais e mais se achegando ao campo dos mortos, na contraditória ânsia de defender a vida no aconchego da frigidez dos túmulos. Não queremos cadáveres enlutando a branca paisagem das pesadas geadas curitibanas. Rotulados de vagabundos, são eles os deserdados e ínfimos párias derrotados na concorrência louca do capitalismo sordido e mesquinho a privilegiar apenas um pequeno núcleo da humanidade. Em favor dos oprimidos e despojados de todos os direitos, portanto, ao menos a preocupação da noturna busca em nome da manutenção da vida, eles que também são parte legítima e indispensável de um processo que ainda precisa surgir: a redenção social de todos os irmãos.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Desde a visita do Papa João Paulo II à nossa cidade, que a área verde localizada atrás do Palácio Iguazu vem sendo conhecida como Parque João Paulo II.

De fato, isto ocorre com inteira justiça, pois além de ser uma reconhecida área de lazer, constituindo-se em local agradável para o descanso e a diversão das famílias, ali se localiza a memória da imigração polonesa em nossa terra - na forma de uma genuína casa polonesa, doada à nossa cidade por ocasião da visita do Sumo Pontífice.

A referida área verde tem as seguintes delimitações: partindo da intersecção das ruas Marechal Hermes com Heraclides Cesar de Araújo, seguindo por esta até a Avenida Canal Belém, por esta até o prolongamento da rua João Bonn, por esta até a rua Manoel Eufrásio, por esta até a rua Marechal Hermes e por esta até encontrar o ponto de partida na rua Heraclides Cesar de Araújo; sendo que desde 1974 é área de domínio público.

Com efeito, o Decreto n.º 5.493, de 20 maio de 1974, declarou aquele imóvel como de utilidade pública para fins de desapropriação, destinando-se o mesmo para obras públicas ou logradouros públicos.

Contudo, apesar da referida área ser amplamente conhecida pela população como Parque João Paulo II, tal nome não foi ainda formalizado por meio de um diploma legal.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. José Richa, no sentido de que o mesmo encaminhe as providências necessárias, seja na forma de um Decreto Executivo ou outro instrumento legal, nominando a já citada área de lazer.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado à Secretaria da Agricultura e à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (Café do Paraná), expediente solicitando a construção de um Depósito Central de Calçareo, no Município de Paranaíba.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação da construção de um depósito central de Calcário em Paranaíba, se faz, por entendermos que o solo da região noroeste já não é o solo fértil de outrora, e necessita constantemente de certas quantidades de adubos químicos, que temporariamente o revitalizam.

Assim sendo, os agricultores e pecuaristas do noroeste do Estado, adquirem com regularidade, certas quantidades de calcário, e além do custo deste, tem de arcar com os altos custos do transporte.

Com isto, os pequenos proprietários, não podendo arcar com estes custos, ficam privados de terem o calcário para adubar o solo de sua propriedade. Como resultado disso temos a diminuição da produção por hectare, a redução do lucro do produtor, e o conseqüente desestímulo em plantas.

Os resultados destes fatos combinados, são a ruína financeira do pequeno agricultor, que é a maioria em nossa região, uma perda para o Estado do Paraná, e para o Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de correspondência à Secretaria de Administração solicitando empenho nas providências relativas à reforma do Colégio Estadual Olavo Bilac, situado no Município de Cambé-PR.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Olavo Bilac do Município de Cambé é um dos mais antigos e tradicionais estabelecimentos de ensino do Norte do Paraná. Hoje, contando com cerca de 2.400 matrículas, encontra-se em precárias condições de funcionamento, junto do abandono a que foi relegado pelos Governos Estaduais anteriores.

O Município de Cambé, marginalizado em todos os setores pelos Governos estaduais precedentes, merece um tratamento diferenciado pelo Governo José Richa. E as providências imediatas para a reforma do Colégio Estadual Olavo Bilac é um dos passos necessários para que se corrija as omissões dos Governantes do passado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que após ouvido o Douto Plenário, seja transcrito na Ata dos trabalhos de hoje, a íntegra da "Carta Aberta ao Padre Emir", publicada na página 2 do Jornal Paraná Esportivo, do

dia 27 p.p., firmada pelo Comunicador JOÃO JOSÉ WERZBITZKI, Diretor de Relações Públicas - Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba - COCEC.

Requer outrossim, que seja anexado nossos votos de repúdio ao Padre Emir Caluf, pela maneira odiosa e desprezível com que ele trata os excepcionais.

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 203/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Ação Social Paroquial Bom Samaritano Amoreirense", com sede e foro em São Sebastião da Amoreira.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da Assistência Social e filantrópica, à comunidade de São Sebastião da Amoreira e adjacências, o que já granjeou o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal 89/84.

A documentação anexa, comprova o preenchimento das exigências legais previstas em Lei.

É o plano de lei que ora submetemos à apreciação dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Desejo, aqui, desta tribuna, fazer um alerta às autoridades municipais de Curitiba e Piraquara e à fiscalização do trânsito intermunicipal sobre o constante aumento do número de acidentes na Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, conhecida como "Estrada do Encanamento", que liga nossa Capital à vizinha cidade de Piraquara.

Esta manifestação vem precedida do encaminhamento de expediente às referidas autoridades, chamado a atenção para o problema.

A instalação do Shopping Pinhais, seguida da duplicação da pista desta estrada elevou consideravelmente o movimento de

veículos entre Curitiba e Piraquara, além daquele normalmente existente em decorrência da localização do Detran e do próprio crescimento populacional daquela área.

De acordo com informações prestadas pelo Batalhão de Polícia Rodoviária, somente até o mês de junho passado ocorreram 59 acidentes com mais de 50 feridos, muitos dos quais em face dos ferimentos recebidos vieram a falecer. Esse número preocupa em vista de já haver ultrapassado, em apenas seis meses, 50 por cento dos acidentes registrados em 1983, quando também inúmeras pessoas perderam a vida.

Entre os motivos determinantes das ocorrências estão a deficiência na sinalização e o abuso da velocidade por falta de fiscalização. Também deve ser mencionada existência de irregularidades na pista, principalmente no prolongamento da Avenida Victor Ferreira do Amaral, ainda em território de Curitiba, onde se faz urgente uma melhor conservação do asfalto.

Devo ressaltar, ainda, que tenho recebido inúmeras reclamações da Associação de Moradores das Vilas Esplanada, Palmital, Alfredo, Progresso, Hipódromo e varginha, manifestando preocupação não somente com o problema relacionado com os acidentes e os perigos para a população que se utiliza da Estrada do Encanamento, mas também com diversos outros relativos à falta de segurança, deficiência na iluminação pública, necessidade de ampliação e melhoria do serviço de transporte coletivo urbano, assistência social e lazer.

Almejamos que as autoridades responsáveis atentem para essas reivindicações, uma vez que as vilas citadas representam um considerável núcleo populacional que precisa e merece ser melhor assistido.

Nós que testemunhamos, inclusive, acidentes nesta rodovia que liga Curitiba-Piraquara, queremos registrar, também, que até a presente data, aquela ligação no Km zero tem trazido aborrecimento e, mais do que isso, trazido conseqüências funestas para todos aqueles que vêm de Piraquara para Curitiba à noite. Onde, naquele local, quase não se visualiza a sinalização.

Com este nosso registro e com esse nosso expediente, esperamos ter contribuído para que, a situação desta rodovia que liga estes municípios seja resolvida.

É o que eu tinha a manifestar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, neste pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Roberto Requião. Ausente, Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski. Declinando, concedo a palavra ao Senhor Deputa-

do Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Decepcionados com o Governo Richa, porque não dizer esse fracasso administrativo do PMDB no Paraná, o povo paranaense vê, mais uma vez, cair a máscara que escondia e que continua escondendo as muitas mentiras da demagogia eleitoral daqueles que durante vinte anos dedicaram-se a enganar, a trair o povo do nosso Estado com suas falácias e vãs promessas que jamais cumpriram ou cumprirão, porque incompetentes para administrar a coisa pública entregam-se agora a mais desbragada corrupção que está corrompendo a todos, pois não há praticamente um setor da administração do regime que não esteja envolvido em casos de corrupção.

Essa corrupção que hoje assola o regime do PMDB no Paraná já corrompia até as palavras. Os compromissos daqueles que ainda não desceram do palanque e das falsas promessas para trabalhar em favor do progresso e do desenvolvimento do nosso Estado e do bem estar, inclusive do seu povo.

A corrupção das palavras de Richa e dos seus acólitos de que se o PMDB chegasse a ser Governo jamais construiria obras faraônicas, e não contribuiria para aumentar o endividamento do Estado e do País.

Isso era a solene promessa ontem, verdadeira jura para obter votos. Hoje é a grande mentira deste governinho que aí está. Além de mentira é traição aos melhores interesses do Paraná e aos eleitores de ontem que, por certo não se deixarão enganar novamente por esses verdadeiros piratas das aspirações populares.

Deixando cair a máscara que encobria tantas mentiras a Copel vem a público para dizer que deverão ser iniciadas já, a partir do próximo semestre as obras da construção da Usina Hidrelétrica de Segrefo, ora estimada inicialmente em um bilhão de dólares.

Não se sabe ao certo o valor dessa construção, pois a Copel que no passado fora uma empresa que merecia toda a credibilidade dos paranaenses, na administração Richa passou a figurar também entre as empresas envolvidas em corrupção, como no caso de depósitos no Banco Mercantil de Descontos para favorecer o empréstimo pessoal a juros subsidiados do então Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão.

A diretoria de uma empresa pública que assim procede não merece a confiança pública e inclusive já devia ter sido demitida há muito tempo. Essa mesma Copel com a diretoria que tem, ora diz que Se-

segredo custará um bilhão de dólares, e outra hora fala em setecentos milhões de dólares.

Como se vê, também a respeito dos custos dessa hidrelétrica a diretoria da COPEL já perdeu a confiança do povo paranaense. E muito bem identificada com as mentiras do PMDB, a atual diretoria da COPEL, que usou dinheiro descontado dos seus empregados para a corrupção do empréstimo a Garanhão, esconde os reais motivos da construção da usina hidrelétrica de Segredo.

A quem a atual diretoria da COPEL está procurando beneficiar com essa obra pública que custará ao bolso do sofrido contribuinte paranaense 700 milhões ou um bilhão de dólares?

A quem será que a diretoria da COPEL quer favorecer já? Considerando que a realidade demonstra, claramente, que não se trata de uma obra recomendada ou exigida pela atualidade paranaense.

A quem será que o Governo Richa - o Governo do PMDB do Paraná - quer recompensar com essa obra?

Ao invés de voltar-se à geração de energia, a COPEL deveria concentrar as suas atividades nos seus objetivos primordiais, qual seja, onde sobressai o fornecimento de energia elétrica aos consumidores do Estado, em quantidade e qualidade adequadas ao atendimento dos requisitos desses consumidores, ou até voltar as suas vistas para Ilha Grande, em Guaíra.

Por suas características peculiares, por se tratar de um empreendimento que transcende aos interesses exclusivos do setor elétrico brasileiro. Entre as suas múltiplas finalidades destaca-se a travessia rododiferroviária do Rio Paraná, que permitirá a interligação dos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul pelas chamadas Rodovias da Integração e Ferrovia do Soja.

Ao iniciar a construção da barragem de Ilha Solteira, o estreitamento previsto do rio para sua construção anteciparia a quatro ou cinco anos a ligação física entre os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, hoje feita através de um sistema de balsas já bastante sobrecarregado, deficiente e com segurança não muito confiável, conforme a preocupação da ELETROSUL através do seu presidente em carta enviada às autoridades de nosso Estado em vinte e cinco de julho próximo passado.

Também se evitariam em parte a formação do "lago de lama", segundo declarações do próprio companheiro neste momento que nos aparteia, nesta Assembléia, que transformará no Lago de Itaipu, em menos de quarenta anos com as quase doze toneladas de terras que são depositadas no rio Paraná, na região de Guaíra, tão bem abor-

dados nesta Casa por ocasião do encontro sobre erosão na semana passada.

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Num instante, só terminando o meu raciocínio.

Além disso, para executar sua principal função, como temos insistido em pronunciamentos nesta tribuna, a COPEL deveria atuar principalmente nas áreas de subtransmissão, distribuição e eletrificação rural que, apesar de esforços recentes, ainda é deficiente no Paraná, com o menor índice de eletrificação rural na Região Sul do País. Na área de geração, está sobrando energia. O balanço de potência da COPEL mostra a existência de expressivas sobras, o que significa que sua capacidade geradora está superdimensionada em relação às suas cargas.

E para demonstrar a procedência dessa nossa argumentação, voltamos a insistir com uma série de considerações divulgadas pela Associação de Profissionais da ELETROSUL, que indicam as sobras de potência da COPEL entre os anos de 1984 e 1995, bem como a relação percentual dessas sobras em relação ao seu mercado total.

Assim é que em 84 as sobras da COPEL atingirão 36,88% da carga total e continuará havendo sobras durante uma década até 1995 quando chegarão a 29,74 da carga total. De outra parte o balanço de energia também indica a ocorrência de sobras durante todo o período 84/85.

Se está sobrando potência de energia, por que a pressa do regime Richa em construir a Usina de Segredo? A que interesses outros a aliança PP-Peemedebista está pretendendo atender?

Ainda ontem observamos, como de fato foi observado o editorial de um jornal de nossa Capital, quando dizia da sua preocupação para que fossem prestigiadas as entidades ou as empresas paranaenses para construção dessa usina. Mais do que evidente de que teria que ser dado essa oportunidade, se bem que a nós já começa a imperar a desconfiança até ontem posta em dúvida, pois para ser contratados, inclusive, técnicos para a Secretaria da Agricultura, já foi consultado e já foi procurado no Estado de São Paulo, inclusive na área de médico-veterinários, quando nós sabemos que, do nosso gabinete, quando dispensado no mês retrasado um funcionário que, como outro deputado com assento nesta Casa, feito o concurso há quatorze anos passados, aproveitado e aprovado naquele concurso, no dia seguinte, ao ser desligado da nossa assessoria, imediatamente ele teve o seu aviso prévio quando não lhe foram dadas satisfações; pura e simplesmente foi desligado da Secretaria da Agricultura um homem, cuja competência nós sabemos da

capacidade e, durante os últimos oito anos, tinha levado a efeito e a bom termo, a chefia da Secretaria da Agricultura na cidade de Umuarama.

Como se constata, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não são os interesses do Estado do Paraná e da sua população. E muito menos os interesses nacionais, que aí estão em jogo.

A decisão do Governo Richa de construir a hidrelétrica de Segredo vem em detrimento dos melhores interesses do Paraná e da sua gente. A COPEL está sacrificando os recursos do nosso povo.

É público e notório que o investimento em geração, em termos médio, corresponde a cerca de 60% dos investimentos totais necessários para a expansão equilibrada de um sistema elétrico. Os demais 40% correspondem aos investimentos em transmissão, subtransmissão, distribuição e eletrificação rural. Assim sendo, quando concentra seus investimentos na área de geração de energia, certamente a COPEL sacrifica recursos que deveriam ser investidos nas áreas de sua exclusiva competência, isto é, subtransmissão, distribuição e eletrificação rural.

Os reflexos dessa distorção deveriam ser levados aos Conselhos de Consumidores da COPEL, esses colegiados instituídos pela empresa com a finalidade de congregar num órgão consultivo representantes de segmentos da sociedade, de forma a estabelecer um canal com o público para melhorar os seus serviços. Seria de bom alvitre que a diretoria da COPEL, em meio à festança política que promove com o dinheiro dos consumidores para instalação dos Conselhos, difundisse a informação de que quando a empresa se dedica a distorções nas suas finalidades, como investir em geração, o que ocorre é a queda no nível de atendimento, que é a relação entre o número de consumidores residenciais e rurais e o número total de domicílios do Estado. E aí surge a triste constatação de que o "padrão COPEL" é baixo, pois no Paraná, o nível de atendimento é o mais baixo entre os Estados da Região Sul, tendo atingido 52,8% em 1982, contra 78,5% em Santa Catarina e 67,2% no Rio Grande do Sul, situação que deverá no futuro sofrer algumas alterações com a implantação de novos projetos de eletrificação rural, cujas demarques para obtenção de crédito externo com essa finalidade, não é mérito do atual Governo do Estado, mas sim uma louvável iniciativa dos governos anteriores que se empenharam para que fosse alcançado esse objetivo.

Se é verdade que com a instituição dos Conselhos de Consumidores os usuários dos serviços da COPEL passaram a ter "uma voz muito mais forte dentro da empresa" - se-

gundo foi apregoado quando da instalação solene do primeiro desses Conselhos, no mês de março passado, na cidade de Cascavel -, é chegado o momento de dizer enfaticamente, para que os integrantes da atual diretoria da COPEL ouçam, e não façam ouvidos de mercadores, como têm feito até agora, que este não é o momento para iniciar mais uma "obra faraônica", como foi considerada a usina de Segredo por Richa e seus partidários durante a campanha eleitoral de 82. Há outras prioridades, especialmente no campo social, tão duramente esquecido pelos governistas do PMDB. Os serviços de complementação de terraplenagem e pavimentação da estrada de acesso à usina hidrelétrica de Segredo, entre a BR-373 e o canteiro de obras, que custarão alguns milhões e milhões de cruzeiros ao povo paranaense, não são tão prioritários como as obras reclamadas nas áreas de educação, saúde e bem-estar social, segurança pública, e outras relegadas a segundo plano pelo inoperante governo Richa, que está esquecendo a criatura humana como centro de todas as atividades e único beneficiário da ação pública, para favorecer e até mesmo enriquecer, ainda mais, prósperas empreiteiras. É preciso que a diretoria da COPEL venha a público revelar quanto custará, aos bolsos já vazios dos paranaenses, essa estrada. Quanto custará só a estrada de acesso a Segredo, para que o povo fique sabendo o que Richa e o PMDB estão fazendo com dinheiro dos paranaenses. Dinheiro escasso e difícil numa época de crise que engolfa a todos nós. O povo paranaense precisa saber quanto custará essa estrada. Uma estrada de 13 quilômetros para mais uma "obra faraônica" da COPEL.

E tudo isso ocorre num momento em que o próprio presidente da COPEL, Ary Veloso Queiroz, vai a São Paulo, como fez no final de fevereiro passado, para discutir proposições, objetivando a retomada do equilíbrio econômico-financeiro do setor elétrico, em reunião presidida pelo ministro das Minas e Energia. Nessa oportunidade, segundo o noticiário distribuído na ocasião, foi observado que as concessionárias de energia elétrica vêm se deparando com uma série de dificuldades oriundas das distorções internas e externas ao setor, no sentido de conciliar as responsabilidades que lhes são atribuídas com a exigüidade dos recursos de que podem dispôr. E dentre os problemas identificados foram destacadas as distorções do modelo econômico do setor elétrico e suas consequências, e debatidos a política tarifária, a taxa de remuneração e crescimento, os custos prospectivos e seus encargos financeiros.

Discutiram tudo. Só não discutiram uma possível redução das elevadas tarifas que

são impostas aos consumidores. Mesmo assim, nada disso serviu de lição ao presidente da COPEL, que no dia 14 de junho assinava o edital sobre a licitação para os serviços da estrada de acesso à Usina Hidrelétrica de Segredo.

No fundo, parece que surge novamente o jogo de interesses das grandes firmas construtoras e dos fabricantes de equipamentos, preocupados, agora, com o fim da era das grandes usinas e das extensas barragens, como Itaipu e Tucuruí.

É isso o que denuncia o jornal "O Estado de São Paulo", em editorial do dia 24 de junho do corrente, sob o título: "Há usinas, faltam linhas de transmissão".

Inicialmente, diz o "Estado" que o aumento de 10,1% no consumo de energia elétrica no mês de maio fez acordar a imaginação dos nossos administradores, preocupados agora em retomar a construção de grandes obras para atender ao crescimento de uma "demanda imprevisível". Até o general Costa Cavalcanti, presidente da ELETROBRÁS, manifestou essa preocupação, propondo a reformulação do Plano 2.000 de suprimento de energia. Por essa razão, foi extremamente oportuno o alerta do presidente da CESP, professor José Goldemberg, contra exageros de concentração de recursos em obras de geração, quando o que importa, no momento, é dar prioridade à transmissão e distribuição de energia a ser gerada pelas usinas que estão entrando em operação.

Itaipu começará a operar para o Brasil já no início de 1985 e nela poderão ser instalados anualmente três geradores de 720 mil quilowatts, o que dará um acréscimo de dois milhões e 160 mil quilowatts a cada 12 meses. Ademais, como se sabe, Itaipu terá capacidade instalada de 12 milhões de quilowatts. No Norte, ainda este ano, estará sendo inaugurada a usina de Tucuruí, com quatro milhões de quilowatts, usina esta que permitirá fortalecer o sistema Norte-Nordeste.

Atualmente estão em construção no País 15 usinas hidrelétricas, apesar do gigantismo de Itaipu, o que pode ser indicado como uma das maiores concentrações de investimento nessa área, em todo o mundo. O que falta é a execução do programa existente de construção de linhas de transmissão e distribuição, a fim de permitir o consumo da energia a ser gerada pelo sistema brasileiro. Neste sentido - prossegue "O Estado de São Paulo" - o professor Goldemberg foi muito feliz, lembrando que o custo dos investimentos em distribuição é muito menor - 350 dólares por quilowatt contra 1.000 dólares para geração -, o que permitiria ampliar consideravelmente os sistemas brasileiros com poucos recursos.

Nada é mais prioritário no momento do que completar as linhas de transmissão de

Itaipu, Tucuruí e de outras usinas, melhorando a qualidade e a confiabilidade de sistemas como os de Furnas e da CEMIG, para evitar problemas de abastecimento como o ocorrido recentemente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

Se outro argumento não existisse, persiste a questão da racionalidade, pois não há sentido algum em concentrar recursos em geração sem o equivalente esforço na transmissão e distribuição de energia - erro de avaliação no qual se tem incorrido freqüentemente. (Não está concluída ainda a linha de transmissão de Itaipu).

Evidentemente - ressalta o "Estado" -, a ELETROBRÁS deve ter cautela quanto ao atendimento da demanda futura, mesmo porque estamos na dependência de condições climáticas - chuvas - que podem ser desfavoráveis, reduzindo a geração de algumas usinas. Mas não se pode esquecer que, acima de tudo, é preciso absorver a capacidade geradora de usinas como Itaipu - onde se investiram 15 bilhões de dólares -, a qual poderá atender à demanda da região Sul-Sudeste pelo menos até o fim da década! Quando muito, dever-se-ia pensar na conclusão em 1987 e 1988 das usinas já iniciadas pelo Pontal de Paranapanema (Rosana, Taquarugá, Porto Primavera), além de Três Irmãos, cujos equipamentos foram apressadamente comprados e em grande parte já se encontram no Brasil.

E conclui "O Estado de São Paulo": mas a prioridade total da ELETROBRÁS e das empresas de energia elétrica no Brasil deve ser em investimentos para a transmissão e distribuição de energia. É preciso reagir aos grupos de pressão e evitar, em nome do grandioso, o início da construção de novas usinas que não terão, como Itaipu hoje, linhas para transmitir a energia que vier a ser gerada.

Apesar de todas essas advertências, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, o que presenciamos hoje no Paraná?

É a COPEL, o Governo do PMDB, empenhado, com intensidade, na área de geração, onde a concessionária paranaense é auto-suficiente. Melhor seria que a COPEL ao invés de aplicar nossos poucos recursos em geração o fizesse nos sistemas de subtransmissão, distribuição e eletrificação rural. Neste caso a resposta seria mais rápida com benéficas consequências econômicas e sociais, decorrentes da expansão do mercado de energia elétrica. Isso tudo, propiciaria, inclusive, a utilização das expressivas sobras que apresenta atualmente o parque gerador da COPEL.

Por que será, quando tudo indica um caminho certo e que melhor conduz aos maiores interesses paranaenses e do seu povo, que o regime de Richa, Governo do PMDB, envereda contra esses interesses e se lan-

ça ao início da construção da usina hidrelétrica de Segredo já, quando o bom-senso está a recomendar que se aguarde uma oportunidade mais favorável à nossa economia?

Não será que o regime peemedebista paranaense está comprometido, está fazendo o jogo de interesses das grandes firmas construtoras e dos fabricantes de equipamentos, com os quais teria assumido compromissos durante a campanha eleitoral de 82, contrariando tudo aquilo que Richa e seus partidários proclamavam aos eleitores paranaenses? Será que o governo peemedebista já está atendendo ao jogo de interesses das grandes firmas construtoras e dos fabricantes de que nos fala o prestigioso "Estadão de São Paulo"? E contra quem devemos nos acautelar?

Se a COPEL é o embrião da futura Secretaria de Minas e Energia, que tudo mostra já está nas proximidades da sua criação, por tudo isso que acabamos de constatar, é preciso que nos precavemos e que esta Assembléia Legislativa redobre a sua vigilância em defesa dos legítimos interesses paranaenses, porque, a cada dia, é maior a distância que separa Richa e o seu regime das promessas de ontem e da realidade de hoje. É cada vez maior a distância entre a pregação eleitoreira e a verdade dos fatos. É cada vez maior a decepção do povo paranaense com José Richa e com o Governo do PMDB, um sonho de mudanças que acabou por transformar-se num pesadelo de corrupções e de promessas não cumpridas. Um autêntico fracasso administrativo. Um governo de decepções que deixam o povo paranaense entristecido e amargurado.

O Sr. Mário Pereira - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Tuguio Setogutte, eu tenho a maior admiração e respeito pela vossa atuação na Assembléia Legislativa, mas gostaria de fazer alguns reparos a vossa fala hoje da tribuna da Assembléia.

Não posso concordar que a decisão de fazer ou não Salto Segredo possa ser classificada como pirataria e não posso concordar também, que fazer Salto Segredo uma usina onde o quilowatt instalado é o de menor custo de todos os aproveitamentos hidrelétricos conhecidos e já levantados no País, de que seja este investimento como Vossa Excelência afirmou, ser em detrimento do Paraná e de sua gente.

Não posso concordar também que a COPEL deva se restringir única e exclusivamente à distribuição de energia elétrica, porque assim fez a CELESC em Santa Catarina e hoje é uma empresa quase inviável.

Em Santa Catarina a CELESC não gera a energia que distribui aos catarinenses, depende quase que exclusivamente da ELETROSUL, e essa dependência está levando a

CELESC à insolvência. Felizmente no campo da energia elétrica, da geração da energia elétrica, os Governos anteriores... (falta o som).

Senhor Presidente, solicito de Vossa Excelência providências no serviço de som. O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa solicita providências ao serviço de som.

Está suspensa a sessão, até que seja restabelecido o sistema de som na Casa.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Sr. Deputado Tuguio Setogutte e em aparte concedido, o Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - ... continuando, Deputado Tuguio Setogutte, a vossa afirmação de que esta obra viria em detrimento ao Paraná e à sua gente e que a COPEL deveria somente preocupar-se com a sua distribuição, como eu já disse, levou a CELESC à falência. E dizia eu, quando foi interrompido o som, que se há alguma coisa que eu posso elogiar nos governos anteriores, foi a preocupação constante, em fortalecer a COPEL, no sentido de ter geração própria; se eu usasse vossa argumentação, eu teria que criticar os governos anteriores, porque o resultado que o Paraná ter o nível de 58% das propriedades, dos domicílios eletrificados no Paraná, é resultado da política dos governos anteriores. Eu não critico, porque foi uma opção tomada pela COPEL, em matéria de investimento, que resolveu investir em geração própria. Este Governo não iniciou obra alguma. Iniciando Salto segredo, não é um obra faraônica que queira ele inaugurar, pois a obra iniciada não se encerrará no Governo José Richa. A obra iniciada prende-se a levantamentos feitos pela COPEL, da necessidade de geração própria para ter uma auto-suficiência e não ficar na dependência da ELETROSUL, pagando preços abusivos de energia elétrica e aliás, quero até dizer, mais alguma coisa, Deputado Tuguio Setogutte. No ano passado a COPEL pagou, sem precisar de energia, valores por uma quota, para caso precisasse de energia elétrica e a ELETROSUL que quer viver às custas das concessionárias do Sul do País. Este ano a COPEL nada está pagando de energia elétrica à ELETROSUL, estão em discussão porque a COPEL não concordou com contrato levado a ela a assinar pela ELETROSUL.

Eu quero lhe dizer, quanto a Ilha Grande também nobre Deputado, que Ilha Grande sim é discutível. Se por um lado serve como um anteparo à represa de Itaipu, ao Lago de Itaipu para evitar que sejam carregados para lá a lama depositada pelos rios do Estado de São Paulo, impe-

dindo o rápido assoreamento, por outro lado é preciso que se atente ao fato de que a área a ser inundada me parece, eu não posso afirmar aqui, mas li já coisas a respeito de que a produção agrícola que se poderia tirar da área a ser inundada por Ilha Grande, representa um valor maior, economicamente, de que a energia a ser gerada por Ilha Grande.

Portanto, Deputado Tuguio Setogutte, são estas considerações que eu queria fazer neste discurso, não concordo com muitos pontos que Vossa Excelência está colocando, mas prometo, após as festividades alusivas aos 130 anos da Assembléia Legislativa, ir à tribuna dando os dados precisos a respeito da importância de Salto Segredo para o Paraná. Não a importância de Salto Segredo para o Governo Richa que começando agora, de forma alguma irá inaugurá-la.

Portanto, esta obra não será uma obra de fachada, uma obra para ter uma placa, para ser faraônica, para que o Governo Richa possa se projetar em cima dela. É uma obra dentro de uma programação da COPEL que não quer ser mais uma CELESC, dependente totalmente da ELETROSUL e inviabilizada financeira e economicamente porque se dedicou como a CELESC, somente à distribuição de energia elétrica.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Eu agradeço o aparte e só queria lembrar que nós enfatizamos neste momento e desde a muito a não oportunidade da construção. Vamos dizer o não início neste exato momento, pois as projeções estão a dizer, estão a confirmar que hoje nós estamos com 36,8% de excesso pela COPEL e estaremos em 1995 data prevista para o término desta construção em torno de 29,7% de excesso:

Apenas a inoportunidade da construção no momento.

Quanto ao problema de Santa Catarina, nós concordamos com Vossa Excelência, mas as características do Estado do Paraná faz com que haja o aproveitamento da geração de energia. Nós concordamos neste ponto. E Santa Catarina não foi privilegiada em termos geográficos, daí a sua dificuldade.

Agora, nós apenas colocamos a inoportunidade do momento em se iniciar uma obra no momento em que as estatais do País passam por uma dificuldade; no momento em que o Brasil tem grandes dificuldades e que os empréstimos das estatais vão a trilhões e trilhões de cruzeiros e daí o nosso chamamento de atenção para que os anais desta Casa constem da nossa fala e da nossa intervenção neste dia, para depois, num futuro bastante próximo, não tenhamos de arrepender de termos iniciado mais esta construção.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa

comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela ordem)

Solicito, para continuidade, que Vossa Excelência destine o tempo da Liderança do PDS ao Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Atendendo a solicitação, Vossa Excelência tem mais 30 minutos para concluir.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Concedo aparte ao nobre Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Nobre Deputado, se nós avaliarmos do ponto de vista que Vossa Excelência está fundamentando o seu pronunciamento, nós veremos que o âmago da questão do seu pronunciamento, está exatamente alicerçado sobre uma matéria publicada no "O Estado de São Paulo". A visão do "O Estado de São Paulo" sobre energia elétrica, necessariamente, não deve ser a mesma visão do Estado do Paraná. Porque o Estado do Paraná, queiramos ou não, é um Estado gerador de energia elétrica, pela sua própria natureza, pela COPEL, pela ELETROSUL, por quem quer que seja o Estado do Paraná é gerador. Então eu me questiono aqui nobre Deputado, quando ouço sobre nós falarmos de que a COPEL deve ser única e exclusivamente distribuidora de energia elétrica quando nós temos na natureza do Estado do Paraná a geração de energia elétrica. O que não me passa, e não poderia passar por nenhum de nós, seria que o Estado, leito natural de tantas usinas da ELETROSUL tenha que comprar energia elétrica quando poderia ser vendedor dessa energia. É perfeitamente entendível o raciocínio de Vossa Excelência quando questiona Segredo, eu acho que nós temos que questionar tudo. A aplicação do recurso público deve ser questionado.

Mas veja bem nobre Deputado, a Usina Segredo que terá uma inundação de aproximadamente, pelo que me parece 80 km² se contrapõe hoje com a construção de uma usina também em solo paranaense, Ilha Grande, da ELETROSUL, gerada em solo paranaense, com uma inundação de aproximadamente 1.300 km², sobrando ao Estado do Paraná o ano social dessa construção.

Nós deveríamos contestar no global o plano de construção de energia elétrica, e se elas tivessem que acontecer em solo paranaense, deveriam acontecer sob o patrocínio da COPEL, que tem mais tecnologia nobre Deputado, do que a própria ELETROSUL. A COPEL que em governos anteriores já construiu usina para a ELETROSUL. A COPEL detém a tecnologia de usinas muito melhor do que a ELETROSUL.

Eu acho, então importante que o Estado

do Paraná que tem hoje um projeto de eletrificação rural de mais de 80 mil ligações apenas nesse governo. E não vamos, aqui, colocar a questão de quem é o Governo do Estado do Paraná, porque eletrificação se faz para o futuro. Os dados que nós temos nobre Deputado são outros. Em 1995 a COPEL já estaria deficitária de energia elétrica, necessitando de energia, Vossa Excelência afirma o contrário, afirma, talvez porque a reportagem do jornal "O Estado de São Paulo" visa discutir Itaipu, que não é uma usina nossa, de quem nós, talvez na visão deles, devêssemos comprar energia elétrica quando nós acreditamos que não há necessidade disso. Nós podemos gerar energia elétrica trazendo benefícios ao nosso Estado, que a natureza tão fartamente dotou de usinas capazes de gerá-la.

Além de Ilha Grande, a ELETROSUL tem mais uma usina aqui no Paraná, no Município de Capanema, que foi concessão sua. E nós ficamos brigando nobre Deputado sobre a construção de Salto Segredo que é da COPEL, que é paranaense, e estamos deixando passar o leite dos nossos rios sendo aproveitado pela ELETROSUL, que vai nos vender energia, e, conseqüentemente vai nos fazer ficar mais cara, custar mais cara ao consumidor.

Então, eu me proponho também, como já fiz na tribuna à semana passada, a fazer uma análise completa sobre a construção de Salto Segredo, sobre a necessidade de energia elétrica no Estado do Paraná, mas não na visão do seu pronunciamento, que visa a COPEL comprar energia da Itaipu mais tarde, essa energia não foi destinada ao Estado do Paraná, nós temos condições de gerar a nossa própria energia auferindo lucro dessa geração, e podendo vender energia a preço mais barato. Só nesse aspecto, eu vou divergir de Vossa Excelência. E me comprometo, eu acho que esse debate é salutar; é interessante e deve ser travado, e nós venhamos de cada lado a trazer os dados para mostrar que o Estado do Paraná na riqueza que tem de geração de energia, não pode se dar ao luxo sob incompetência de seus Governos de deixar que esses recursos naturais sejam explorados por pessoas de fora, e não investir para a geração internamente no nosso Estado, se isso for necessário.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Eu agradeço o aparte do Deputado Caíto Quintana, cujo posicionamento nós já o conhecemos, e que inclusive o respeitamos por demais. apenas eu quero que fique aqui, nos Anais da Casa registrado, que nós não estamos contra a COPEL construir as suas usinas nem que ela seja geradora. Eu quero e estou trazendo hoje, com dados concretos a projeção do momento, quando nós temos a COPEL, o Estado do Paraná, tem uma sobra

de 36,8% de excesso, e daqui a 10 anos ainda estará com excesso de 29,6% de excesso de geração de energia, porque, realmente, nós concordamos que o Paraná, principalmente, como ainda há pouco foi dito por Vossa Excelência, foi beneficiado e foi agraciado pela sua riqueza natural, terá que dela tirar o máximo que puder de proveito, para que realmente, a sua independência econômica seja feita em todos os sentidos, e em todas as atividades econômicas.

E queria aqui dizer, que nós realmente concordamos, apenas não concordamos pela inoportunidade, pelo momento que não se apresenta favorável, quer pelas condições do Paraná, como principalmente, pelas condições que o próprio País no momento atravessa esse grande endividamento.

Só para concluir, eu darei o aparte ao companheiro Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Nobre Deputado, eu cheguei no Paraná, em 1968, no Governo Paulo Pimentel; trabalhava numa firma de São Paulo, Construtora de Usina, montadora de subestações e linhas de transmissão, e para cá me mandaram, porque o Governo Paulo Pimentel resolveu, para não ficar dependente eternamente de outros Estados, instalar as Usinas Diesel de Emergência, nas cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Pato Branco, Umuarama, Maringá e aqui no Capanema, em Curitiba.

Graças àquela iniciativa do Governo Paulo Pimentel, na ocasião, o Paraná pôde resolver o seu problema de geração, trazendo a possibilidade de desenvolvimento àquelas regiões.

Se há alguma coisa que eu sempre elogiei, dos governos que tanto critiquei, foi a determinação em tornar o Paraná auto-suficiente na geração de energia elétrica. Não tenho escutado críticas do PMDB a esta postura dos governos que antecederam ao Governo José Richa; este é o primeiro libelo sério que vejo contra os ex-Governadores: Paulo Pimentel, Ney Braga, Jayme Canet, Emílio Gomes e Parigot de Souza.

A COPEL fortaleceu-se durante esses governos. Essas sobras de energia que Vossa Excelência coloca, eu gostaria que Vossa Excelência pesquisasse, quem sabe, com mais cuidado, para verificar que esses dados já foram encaminhados aos Deputados da Assembléia, pelos funcionários da Associação dos Funcionários da ELETROSUL; são dados que dizem respeito às sobras de energia, na região Sul, e não no Paraná, e esses dados, são dados que interessam à ELETROSUL, e à reportagem, que não li, do "O Estado de São Paulo". Deve, quem sabe, ter se baseado nos dados da ELETROSUL; agora, por que a ELETROSUL não socorreu o Paraná, no Governo Paulo Pimentel, que quando se começou a Usina de Capivari-Cachoeira, de

Foz do Chopim II, quando o Paraná começou realmente a investir em energia elétrica, preocupando os homens que querem tudo centralizar, e asfixiando as economias dos Estados até na energia elétrica, e o Paraná teve o mérito de se insurgir contra isso, portanto, nobre Deputado, eu acho que é antiparanista a tese de entregar Salto Segredo à ELETROSUL, é antiparanista a tese de não querer discutir Ilha Grande que vai alagar uma rica região do nosso solo, que produz mais em divisas, em recursos econômicos traduzidos pela produção agrícola, do que em geração de energia elétrica; e mais ainda, quero refutar de que, o Paraná poderia aplicar esses recursos de Salto Segredo, acelerando mais o Programa de Eletrificação rural.

Vou lhe dar um dado, nobre Deputado Tuguio Setogutte: estão faltando empreiteiras no Estado do Paraná, para fazer eletrificação rural. Lá na minha região, Oeste do Paraná, que tem a regional da COPEL em Cascavel, muitas concorrências são devolvidas a Curitiba, por faltar empresas que dêem preço, porque, a capacidade de construção das empresas paranaenses, construtoras, está sobrecarregada, tamanho é o volume de obras de eletrificação rural. Não adiantaria injetar mais recursos, porque, a capacidade de construção, dentro da orientação de prestigiar as empresas paranaenses está praticamente esgotada.

Eu vou voltar à tribuna, nobre Deputado Tuguio Setogutte, não com os dados de fora do nosso Estado, não com dados antiparanistas, não com dados dos interesses centralistas da ELETROSUL, mas, com dados das sobras ou faltas do nosso Estado do Paraná, e, se a ELETROSUL, no Governo Paulo Pimentel, não pôde nos socorrer, não queira ela agora criar a dependência da COPEL, que está se libertando, e não podemos, nobre Deputado, dormir sobre os louros da independência provisória que alcançamos, mas, temos que pensar, prevenirmos, para o crescimento do Paraná que mesmo com essa economia recessiva, tem aumentado o seu consumo de energia elétrica, e daí, a razão maior de não entregarmos o nosso rico Rio Iguaçu aos interesses da ELETROSUL, e sim, nós mesmos continuar capacitando o nosso Paraná através da COPEL, de gerar a energia necessária para o nosso desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Pois não.

Só para encerrar eu queria dizer mais uma vez a Vossa Excelência e a todos que nos ouvem nesta tarde, de que, nós não somos partidários e nem estamos convidando a ELETROSUL para que ela construa Salto Segredo; eu volto a repisar e volto a falar: apenas, a inoportunidade do instante, a inoportunidade do momento - talvez, para

daqui a quatro anos, a cinco anos, o seu início estivesse no momento propício, e não agora. Agora, eu quero dizer que, quanto ao problema de libelo contra ex-Governadores, eu não vejo porque, se o Brasil está numa condição boa, e o momento é de recessão no País todo. Aquela retomada de crescimento, aquela euforia da grandeza e dos grandes investimentos no Brasil e no Sul, já desapareceram, nós não temos grandes investimentos na Região Sul e muito menos, no Brasil; daí a não necessidade, daí o refreamento, daí a paralisação inclusive, de muitas construções que já estavam com o seu andamento em fase bastante adiantada de construção, como as que há pouco eu dizia, do Pontal de Paranapanema. A paralisação do País neste momento, é que faz com que nós tenhamos cautela, e não, investir em geração, e, aproveitar a já existente para que essas transmissões fossem tornadas realidade e para que tivesse o seu uso.

Quanto ao problema da distribuição, eu quero dizer que pediria ao ilustre companheiro que nos trouxesse maiores dados. Porque o que nós somos sabedores quanto às firmas que constroem as linhas de transmissão para a COPEL, me parece que a COPEL absorveu em grande parte esse comércio que era das firmas. Pelo menos na minha cidade, em Umuarama, são duas firmas a "Nacli Macu" e a outra firma que faziam esse trabalho, tiveram que desativar, elas estão indo ao Mato Grosso do Sul, as duas firmas que faziam a eletrificação rural, pela interferência direta da COPEL em não deixar que elas atuassem diretamente para o fornecimento. Eu não estou bem ao par, eu só sei que as duas firmas nossas, da cidade de Umuarama: a "Nacli Macu" e a "Poços de Itaipu", elas se dirigiram ao Mato Grosso do Sul e lá estão prestando serviço.

A minha permanência aqui até este momento, foi apenas para chamar a atenção nesse sentido e que se realmente comprovada for, de que dentro dos próximos dez anos seria utilizada toda essa energia, que será gerada em Segredo, melhor para nós paranaenses, melhor para os empresários e melhor para o próprio regime que ora aí está.

Meu muito obrigado.

(Assume a Presidência da Mesa, o Sr. Deputado Anibal Khury).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PDS.

Com a palavra o Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago a esta Casa para conhecimento dos Srs. Parlamentares a ameaça que vem sofrendo, no momento, o médico Sebastião dos Santos Silva no Município de Agudos do Sul. Médico que já foi demitido da Prefeitura pelo Prefeito do PMDB - Antônio Gonçalves da Luz. O mesmo prefeito encaminhou ao Secretário Luiz Cordoni Júnior, da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, expediente solicitando a demissão do referido médico do Centro de Saúde de Agudos do Sul.

Os Vereadores do PMDB e o Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Agudos do Sul, fizeram manifestação formal e escrita de apoio ao médico. Pressionados pelo Prefeito, esses Vereadores adotaram uma postura diversa - posteriormente. E o Presidente do Diretório Municipal do PMDB - como Pilatos - lavou as mãos. E hoje, como uma espada Dâmocles, pesando sobre o médico Sebastião dos Santos Silva, existe a iminência de perda de sua função, de sua atividade profissional no Centro de Saúde de Agudos do Sul.

Não só trago esta informação à Casa para atuar preventivamente em função do exercício profissional, de um médico competente que vem atendendo aquela municipalidade e os munícipes com muita eficiência. Mas, como também, nas últimas horas, a Liderança do Governo nesta Casa, afirmou e reafirmou publicamente, de que não existe neste Paraná - discriminação, perseguição, ameaça contra qualquer pessoa. Além de todas as discriminações que já apontamos desta tribuna e que já denunciemos através da imprensa, este é mais um fato concreto para conhecimento dos Srs. Deputados desta Casa. E é mais um argumento para que se desminta renovadamente a afirmação sem fundamento da Liderança do Governo e da Liderança do PMDB neste Poder, afirmação segundo a qual não se discrimina neste Paraná.

Não precisamos ir muito longe, as discriminações nós as vamos encontrar aqui em Curitiba, um pouquinho adiante, a 60 quilômetros de Curitiba, uma aconteceu agora em Agudos do Sul, contra o médico Sebastião dos Santos Silva, informação que me é trazida por moradores daquele município, que levantam inclusive a suspeição quanto à conduta moral e administrativa do Prefeito do PMDB daquele município.

Fica a informação para meditação dos Srs. Parlamentares e para providências do Governo do Estado.

Era só. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Por dez minutos o

Deputado Ervin Bonkoski.

Depois por mais dez, o Deputado Márcio Almeida, e depois, este Deputado, pelos dez minutos restantes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O paranaense é um povo esforçado e trabalhador. É uma verdade evidente que se comprova no cotidiano, e mercê a essa dedicação constrói-se um grande e forte Estado, apesar das naturais adversidades e dificuldades inerentes ao desenvolvimento, em qualquer época.

Também é uma verdade a disposição que temos visto atualmente em todas as comunidades que percorremos, o nosso povo está mais do que nunca disposto a participar e vem oferecendo sua imprescindível parcela de colaboração. Os paranaenses estão interessados na solução dos problemas comuns. Desejam ajudar. E não só têm manifestado essa disposição como também estão provando na prática, se organizando, tomando iniciativas e colaborando com a iniciativa das autoridades e das entidades organizadas da sociedade.

Não faz muito tempo, o próprio Governador do Estado testemunhou um desses exemplos, ao participar da inauguração do Hospital de Tijucas do Sul, uma obra de elevado alcance social, tornada realidade pelo esforço conjunto da comunidade.

Há poucos dias participamos, juntamente com o Secretário da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, de uma reunião na Câmara Municipal de São José dos Pinhais, com a presença de autoridades municipais, de Vereadores e representantes da sociedade. Nessa oportunidade foi decidida a criação do Conselho Municipal de Segurança, projeto que temos certeza dará excelentes resultados.

Em seguida, tivemos a satisfação de tomar parte em outra reunião importante, desta feita na cidade de Rio Negro. Nesse encontro, liderado pela Associação Comercial e Industrial e com a presença do Prefeito Alceu Swarowski e Vereadores, além de importantes lideranças do município, foi lançada a campanha para construção de um imóvel destinado a alojar o Pelotão da Polícia Militar do Paraná que presta serviços à comunidade.

Outras reuniões igualmente proveitosas têm sido realizadas em municípios que representamos nesta Casa. Damesma forma, outros significativos exemplos de participação têm ocorrido, entre os quais podemos citar a definição do asfaltamento da ligação Tijucas-BR-376; o encaminhamento do projeto de pavimentação asfáltica entre

Rio Negro e Piên; e a consecução de obras e programas de benefício social e de apoio à agropecuária em diversos municípios. Essas realizações tiveram sem dúvida importante participação das administrações municipais, das lideranças e das entidades representativas de cada município.

Como se vê, algumas conquistas já alcançamos, muitos são os projetos. Em todas essas empreitadas, a participação foi fundamental.

Por isso é que desejamos fazer este registro público, para lembrar a disposição do nosso povo no trabalho em busca de soluções para problemas comuns, para realizações que tornarão este Estado melhor para se viver, melhor ainda para aqui viverem nossos filhos e nossos netos, as gerações vindouras enfim, que devem herdar não apenas uma terra melhor mas também exemplos de trabalho e dedicação.

Quando o povo vê no governo e nos seus representantes Parlamentares o desejo de trabalho, o exemplo de realização, também colabora eficiente e incansavelmente.

Portanto, é preciso que todos os paranaenses sintam essa disposição do governo, tenham a certeza do apoio e da iniciativa governamental.

Da mesma forma, é imperioso que a nossa população, que as comunidades paranaenses, tenham no Deputado, que é o seu elo de ligação com a administração Estadual, o aliado certo, forte e influente. É o Deputado que convive com o povo dos municípios, que se envolve com a administração, com o Prefeito, com os Vereadores, com as lideranças. Envolve-se, enfim, com os problemas do município. É ele, o Deputado, que vê, ouve, dialoga. Por isso é o Deputado que tem condições de conscientizar a população, de mobilizar as comunidades e levar a cabo o trabalho de participação.

Para isto é imprescindível o apoio da Administração Estadual, do Governo do Estado, para que o Deputado saiba que seu trabalho encontrará eco e respaldo; e para que as lideranças dos municípios saibam também que o seu representante parlamentar conta com o apoio do governo.

Essa confiança mútua, essa ação interligada é que irá favorecer a união, a participação de todas as forças representativas de cada município.

Se houver o apoio e o prestigiamento do Deputado, temos plena certeza de que muito mais iremos todos construir em benefício do bem comum, fazendo com que cada paranaense se sinta responsável por uma parcela, se orgulhe de haver contribuído socialmente, e se sinta menos paternalizado.

Todos teremos, então, o orgulho de haveremos ajudado, cada um com quanto lhe foi possível, na construção de um Paraná melhor, e para uma melhor distribuição das

nossas riquezas, que são o fruto do trabalho de todos."

Era o que tinha a registrar de público, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede a palavra ao Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em 1979, o faturamento das empresas nacionais no Setor de Informática no País representava 23% do total. Em 1983, quatro anos portanto após esses dados, esse faturamento evoluiu para 46%, ou seja, dobrou em quatro anos o faturamento das empresas nacionais que atuam no Setor de Informática, no ramo industrial da produção de computadores e periféricos.

Esses dados, Sr. Presidente, Srs. Deputados são bastante significativos e explicam a preocupação com que interesses multinacionais que atuam nesse setor, vêm dia após dia demonstrando.

Em dois de abril deste ano, no Centro de Convenções da Universidade de São Paulo, a Associação Brasileira de Indústria de Computadores e Periféricos, a Associação Nacional de Profissionais de Processamentos de Dados, a Associação Brasileira de Empresas de Serviço e Informática, a Sociedade Brasileira de Computação e a Sociedade de Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários, lançaram o Movimento Brasil Informática, cujo manifesto estamos nesta tarde endossando a exemplo de outros Deputados que já o fizeram anteriormente, nesta Casa, e que em cuja solidariedade também fazemos questão de nos posicionar.

Essas entidades que hoje contam já com o apoio de quase duas centenas de Srs. Deputados e Senadores da Câmara Federal; que conta com a adesão de mais de trezentas entidades científicas e da sociedade civil brasileira, solicita urgência na votação e aprovação da mensagem do Governo Federal elaborada pela Secretaria Especial de Informática, que garante a reserva de mercado para a indústria e informática nacional.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por traz desta questão da reserva de mercado na área de informática, fica como pano de fundo, toda uma discussão a respeito do próprio modelo de desenvolvimento nacional.

Como muito bem ontem a Folha de São Paulo trouxe uma extensa matéria de registro de uma Mesa Redonda realizada naquele prestigioso jornal, da qual participaram representantes de todos esses setores envolvidos ou seja, da Olivetti do Brasil, da

Burroughs, da Associação Comercial de São Paulo do Senhor Roberto Campos, representante notório das Indústrias Multinacionais implantadas no País, de representante dos movimentos que lançaram esse movimento Brasil Informática e que através de uma rica discussão se comprova o receio que esses setores das multinacionais vêm tendo, de que seja garantida por fim, embora por um prazo limitado de seis anos, a reserva de mercado para esse setor da economia nacional.

São fatos como esses, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que levaram, inclusive, aqui todos nós que acompanhamos o programa de televisão ontem a noite, em que o candidato Senhor Paulo Maluf era entrevistado, que colocaram o referido Senhor numa situação extremamente delicada, a ponto de ser o único questionamento em que ele não teve condições de através da sua já tradicional forma de superar os obstáculos dos questionamentos, não conseguiu sucesso. Ou seja, de como trataria a questão da Informática, numa eventual e remota vitória no famigerado e sempre repisado Colégio Eleitoral.

Na verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a questão da Informática hoje sintetiza toda a colonização tecnológica que nós do PMDB, há muitos anos, vimos denunciando. E que, por razões da própria segurança nacional, hoje, conta com um projeto de lei, que mesmo elaborado nos gabinetes deste Governo que combatemos, conta hoje com a adesão e o apoio do PMDB e de entidades, muitas delas, marcadas por uma linha oposicionista, embora não partidária do nosso País.

Mas, este desespero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a candidatura Maluf vem apresentando em determinados momentos, vendo as dificuldades de conseguir o seu sucesso, vem também se refletindo em momentos determinados, através de toda uma cantilena de anti-comunismo. E nós queríamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, solicitar a transcrição nos Anais da Casa, do artigo que a "Folha de São Paulo" também em edição de ontem, trouxe publicado, do eminente Senador Severo Gomes, Senador Paulista, e cujo texto eu faço questão de fazer a leitura, já que o tempo permite. (Lê):

"O candidato do PDS à Presidência da República fez um desafio a Tancredo Neves para que revele a íntegra dos acordos que teria firmado com as esquerdas.

Isto aconteceu pouco depois de um Deputado malufista ter afirmado que ouvira do Presidente Figueiredo a preocupação de que o apoio das esquerdas ao candidato da Aliança Democrática poderia ameaçar a continuidade do avanço democrático.

Ora, todo mundo sabe qual é o peso das

esquerdas, neste País conservador, na Aliança Democrática e no próprio PMDB. A verdade é que o País conservador deseja a democracia, a independência e as mudanças necessárias para o encontro do Estado com a Nação. Há no Brasil conservadores que não são burros nem suicidas.

Este anticomunismo histórico é uma velha conhecida história, que ressurge nas ocasiões em que se abre uma perspectiva de democracia e de independência nacional. Mesmo porque, no Brasil, estas duas questões andam hoje juntas, como andam juntos o autoritarismo e o entreguismo.

As denúncias de Maluf encontram eco na pequena minoria da extrema-direita e nos grupos paramilitares, que fizeram explodir as bombas na OAB, no Riocentro e que executaram Baumgarten. É claro que encontram eco também na CIA - ou melhor, Maluf é o eco desta organização.

Neste País não há lugar para essa caça às bruxas, e os oficiais das nossas Forças Armadas, já estão suficientemente vacinados para não serem transformados em tropa de ocupação dentro da própria Pátria, a serviço da rapinagem internacional.

Não precisamos perguntar a Paulo Maluf quais são os seus acordos com a extrema-direita, porque ele é um de seus líderes. O grotesco é que as formas originais do fascismo identificavam-se com a defesa nacional, o que teve o condão de durante tanto tempo afastar os liberais das idéias nacionalistas.

Nos dias em que vivemos e nos países subdesenvolvidos, pobres e dominados, a direita se caracteriza pelo entreguismo, pela corrupção e pela violência. Carajás, Paulipetro, Caemi e Freguesia do Ó. Não é por acaso que o pequeno grupo de militares brasileiros, comprometidos com a espionagem, com a corrupção e com a venda do País, são malufistas roxos e não abrem.

Felizmente a Nação é maior e está acima das infâmias que foram e são praticadas. A maioria dos nossos militares sabe que são cidadãos com missões específicas e conhecem o rumo maior da defesa da Pátria e do povo. Não se enganarão mais.

Para restaurar um pedaço da História quero lembrar o que me contou o ilustre mestre Afonso Arinos de Mello Franco, que veio a São Paulo nos idos de 1945, com a missão do brigadeiro Eduardo Gomes, de encontrar-se com Pedro Pomar, para convidar o Partido Comunista para que se integrasse na grande frente que pretendiam para democratizar o País: a UDN! Os comunistas não entraram porque não quiseram e tinham lá as suas razões. É preciso lembrar, para ter presente a compreensão política do brigadeiro que apenas dez anos antes tinha sido ferido no Campo dos Afonsos, combatendo o levante comunista de 1935.

É este Senhor Presidente e Senhores Deputados, o texto do artigo do nobre Senador Severo Gomes que muito bem reflete a atual cantilena dos seguidores dessa candidatura presidencial que tenta dividir.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que o tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados: (Lê):

"A Nação brasileira assiste amordaçada à consumação de uma terrível trama, cujas consequências serão catastróficas em todos os sentidos, inclusive à sustentação do pouco que resta à nossa soberania nacional.

Referimo-nos ao processo de lenta asfixia à que vem sendo submetido o setor rural, segmento de fundamental importância à sobrevivência da Nação. Ao assumir seu governo, prometeu o Presidente João Figueiredo conceder prioridade à Apropriedade, ao campo. O que observamos, Senhores Deputados, foi exatamente o contrário. Ignorando supostas boas intenções presidenciais, o grupo de tecnocratas que assumiu os desmandos desta infeliz Nação encarregou-se de proceder exatamente o inverso. Elevaram-se os juros destinados à agricultura. Restringiram-se os recursos. De intervenção em intervenção, arremessou-se o produtor a um processo pré-falimentar, cujo desenlace acaba de ser decretado na última reunião do Conselho Monetário Nacional, quando irresponsável e criminosamente decretaram seus membros os novos Valores Básicos de Custeio para a próxima safra de verão.

Para melhor avaliar a gravidade de tais decisões, chamamos atenção para o caso específico de uma cultura, cuja participação é de vital importância, não só ao abastecimento interno, como também à obtenção de divisas. Primeiro item da pauta de exportações brasileiras, o complexo soja representou em 1983, 2,6 bilhões de dólares em receita.

Pois bem. O produtor de soja, a exemplo do de milho, feijão e outras culturas está neste momento indeciso e desesperado. Levantamentos técnicos de que dispomos apontam por exemplo, na região Oeste do Paraná um custo direto de produção para a próxima safra de soja, na ordem de CR\$ 1.334.799,40 por alqueire (vide estudos anexos). Se acrescentarmos o custo financeiro, de elaboração de projeto ou plano simples e o adicional de PROAGRO, concluiremos que, para implantar um alqueire de soja na próxima safra, o pequeno e mini produtor rural deverão desembolsar até a

hora da colheita, nada menos que CR\$ 3.368.616,00. Quando lá chegar, terá o agricultor um produto em suas mãos, ao custo de aproximadamente 42 mil cruzeiros à saca, caso as condições climáticas lhe sejam favoráveis.

Os reflexos que se fazem prever de ordem inflacionária à mesa do consumidor brasileiro são alarmantes. Mais terrível contudo, é constatar que a quase totalidade dos produtores não terá como bem conduzir suas lavouras. Insensível aos apelos do setor, o Governo acaba de oficializar de vez a falência de quem planta. E para comprovarmos este raciocínio, basta observar que, para um custo direto da ordem de CR\$ 1.334.799,40 por alqueire, o pequeno agricultor terá acesso segundo os VBCs recentemente divulgados - a CR\$ 689.700,00, enquanto aos grandes se reservam tão somente CR\$ 459.800,00.

Onde buscar tanto recurso próprio, se historicamente tem agido o Governo como "sócio compulsório", a esbulhar a agricultura através de confiscos e impostos, sempre que se lhe apresenta uma situação favorável de comercialização?

Premido pela vocação e necessidade, o agricultor embora descapitalizado continuará a plantar, é verdade. Mas buscará todos os meios para compatibilizar a pouca disponibilidade financeira aos altos custos da lavoura. Isto significa, Senhores menos tecnologia, menos insumos modernos. E significará, Senhores, uma queda ainda mais sensível dos níveis de produtividade e da produção final. Consequência aliás, que já se percebe nitidamente em nosso Estado. Maior produtor de grãos do País, o Paraná, segundo a Secretaria da Agricultura, vem registrando gradativo decréscimo dos níveis de produtividade na cultura de soja. No período de 1980 a 1984 viemos perdendo gradualmente em produtividade, baixando de 2.241 quilos em 80 para 1886 quilos por hectare na última safra, o que equivale a uma redução da ordem de 15,84%. Esta redução, Senhores, é o preço que a terra nos cobra, pela falta de uma atenção justa às suas carências de insumos e tecnologia e pela erosão. É o preço que a agricultura cobra de toda a sociedade brasileira, pela falta de um tratamento justo, pela falta de uma política para o setor. Este preço inegavelmente será muito maior a partir da próxima safra, em razão dos fatores até aqui enunciados.

A proposta do Ministro da Agricultura, Nestor Jost, em nivelar as classes de Produtores, mini, pequeno, médio e grande, assim como, de aprovar os Valores Básicos de Custeio, compatíveis com o custo real de produção, e ainda estimular a produção de alimentos básicos, necessidade premente à mesa do brasileiro, merece nossos elo-

gios, e nosso apoio unânime. Porém, ficou comprovado novamente, que a decisão dos rumos da agropecuária, não pertence ao seu verdadeiro titular, mas sim a poderosos, donos da verdade, que decidem tudo de forma conveniente, para si, independentemente de quem será ou não penalizado com as medidas.

Finalizando, resta ainda esclarecer, que a agricultura ainda é a atividade de retorno maior, e mais rápido para o Governo: ou seja, especificamente, a cultura do Feijão, em apenas 100 a 120 dias; todo o crédito concedido ao produtor, retorna corrigido, e ainda, o produto fica disponível à mesa dos brasileiros, além de ge-

rar impostos e taxas diretas para o Governo.

Exemplo:

- a) Cada CR\$ 100,00 liberados no VBC do Feijão - o agricultor devolve em no máximo 120 dias, CR\$ 527,00.
- b) Dos CR\$ 527,00 devolvidos pelo Agricultor:

CR\$ 102,76, são impostos e taxas que vão para o Governo (FUNRURAL e ICM, e Operações Internas). Além de possível Imposto de Renda que poderá incidir sobre a pessoa física do Produtor.

Se o Governo é o maior sócio da parcela dos lucros do Produtor, porque não estimular a produção agrícola deste País?

ANEXO

Situação do sojicultor do Oeste do Paraná (associado da COOPAVEL) após a aprovação dos VBC's (Valores Básicos de Custeio para Safra 84/85).

I- Custo Direto de Produção da Soja
A- Insumos

	CR\$/hectare	CR\$/alqueire
. Semente	86.000,00	208.120,00
. Fertilizantes	120.900,00	292.578,00
<u>Herbicidas</u>		
. Trifluralina	33.250,00	80.465,00
. Metribuzin	49.000,00	118.580,00
. Inseticida	35.000,00	84.700,00
. Colheita e Transporte	87.220,00	211.072,40
SUB-TOTAL	411.370,00	995.515,40
<u>B-Máquinas e Implementos</u>		
. Preparo do solo e plantio	124.200,00	300.564,00
SUB-TOTAL	124.200,00	300.564,00
<u>C-Mão-de-Obra</u>		
. Fixa	12.000,00	29.040,00
. Auxiliar	4.000,00	9.680,00
SUB-TOTAL	16.000,00	38.720,00
TOTAL CUSTOS DIRETOS	551.570,00	1.334.799,40

II-Produtividade Média Regional-2.200 kg/ha

faixa Prod. kg//ha	VBC Fixado ha	LIMITE DE ADIANT.P/PRODUTOR			
		Mini/Peq.60%		Médio/Grand.40%	
		CR\$ ha	CR\$ alq.	CR\$ ha	CR\$ alq.
2001- 2400	475.000	285.000	689.700	190.000	459.800

III-Comparativo Custo Produção/Limite Adiantamento

	CUSTO DIRETO		VALOR FINANCIADO		RECURSOS PRÓPRIOS	
	ha	alq	ha	alq	ha	alq
Mini/Peq.	551.570	1.334.799	285.000	689.700	266.570	645.099
Médio/ Grande	551.570	1.334.799	190.000	459.800	361.570	874.999

IV - Observações

- Não consideramos para fins de cálculo:

- . Custos fixos, que elevaram em 31,8%
- . Adicional de PROAGRO, Mínimo de 2%VBC
- . Custo de Plano Simples, 2% do Valor Financiado

* Totalizando mais Mini/Pequeno 35% do Custo de Produção

Médio/Grande 34,6%

V - Além do VBC (Valor Básico de Custeio), não cobrir o Custo dos Insumos, a liberação do financiamento é feito em 3 parcelas, sendo 60% na Contratação; 30% a partir de Novembro/84 como Tratos Culturais e 10% a partir de Ferreiroiro/85 como Colheita.

VI - Os encargos financeiros do valor financiado do BVC, será:

- Se for agente financeiro oficial: Variação da Correção Monetária Mensal + 3% de juro ao ano.
- Se for financiado por agentes particulares: em forma de Capital de Giro em Média: Variação Correção Monetária Mensal mais 25% de juros ao ano.

Essas taxas, comparando-se a variação acumulada do primeiro semestre desse ano representariam:

- a) Variação da ORTN + 3% a.a. = 075,43% em 6 meses.
- b) Variação da ORTN + 25% a.a. = 94,08% em 6 meses.

VII - O custeio complementar, onde os bancos particulares eram obrigados a aplicar 10% do total das aplicações a partir de abril/84, foi eliminado pelo Conselho Monetário Nacional, deixando a agricultura, sem amparo de financiamento dos Recursos próprios."

O Sr. Edgard Pimentel - Deputado, conceda-me um aparte?

O SR. MÁRIO PEREIRA - Concedo o aparte ao nobre Deputado Edgard Pimentel.

O Sr. Edgard Pimentel - Deputado Mário Pereira, estou acompanhando com vivo interesse a exposição que Vossa Excelência faz da tribuna desta Casa.

Deputado Mário Pereira, nós o conhecemos como qualificado engenheiro elétrico há longos anos, e se percebe que neste Poder tem sido Vossa Excelência também um arauto a lutar, a brigar em favor da agricultura, e com muita propriedade traz hoje um assunto da maior relevância assunto este, que está sendo reclamado a longo tempo

pela operosa classe de agricultores. Vossa Excelência, como eu, tem acompanhado de perto a ação das cooperativas agrícolas do nosso Estado, mormente ali na região Oeste do Estado.

Sorte que apenas emprestando uma colaboração ao pronunciamento que Vossa Excelência faz no dia de hoje, conhecendo o problema porquanto também a direção das cooperativas hoje, a mim encaminhou telex abordando esse assunto. Eu queria dizer a Vossa Excelência que é chegada a hora de propormos ao Governo Federal uma política agrícola tão reclamada pela classe rural, política essa que determine com antecedência a liberação de VBCs, valores básicos de custeio, de AGF, de EGP, tanto da parte da aquisição do Governo Federal dos produtos agrícolas, como também empréstimo do Governo Federal para as produções geradas no nosso Estado.

Só assim, Deputado Mário Pereira é que nós poderíamos vislumbrar um quadro que fosse aquele que a classe do agricultor, do pecuarista anseia, deseja e quer. Creio que seja também oportuna a colocação que fazemos nesta hora, de que diante do fato que estamos a presenciar, da mudança, da Presidência da República ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo terminou e concede-lhe mais um minuto para concluir.

O Sr. Edgard Pimentel - Só para concluir.

É oportuna a ocasião de se fazer chegar aos dois presidentiáveis, tanto ao Deputado Paulo Salim Maluf, quanto ao ex-Governador de Minas, Tancredo Neves, uma proposta concreta que possa ser inserida na plataforma de um e de outro, que eles pretendem exercer na Presidência da República, e assim dar perspectivas no próximo Governo dessas reivindicações, há tantos anos buscadas pela classe rural e não atendidas.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Nobre Deputado Edgard Pimentel, eu agradeço o aparte e concordo perfeitamente que o Paraná deve ter a sua proposta de política agrícola e agrária para que possam ser assumidas pelo próximo Presidente da República, e quem tem que apresentar essa proposta é realmente o Paraná, o Estado que mais contribui com a agricultura do Brasil.

E para encerrar, Sr. Presidente, infelizmente não vai dar para encerrar, mas quero dizer que além de tudo, além do Governo deixar a agricultura de lado, ao anunciar os novos VBCs ele deu o valor base de custeio, mas não disse na imprensa em manchete que só dava 60 e 40% para o

produtor de soja, inviabilizando a cultura.

Muito obrigado.- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei n.º 164/84, de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente.- À Diretoria Legislativa, para juntar ao projeto de lei.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado como membro titular da Comissão de Orçamento, em substituição a outro Sr. Deputado.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 26/84, constante da Ordem do Dia marcada para o dia de hoje.- Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela ordem) - Gostaria que a Mesa anunciasse primeiro o resultado, Sr. Presidente, que na Mesa promulgasse o resultado, porque eu pretendo pedir verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está como Aprovado o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI - Requeiro verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

10 Srs. Deputados aprovam; 4 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03 de setembro, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Levanta-se a sessão.

Resolução:

RESOLUÇÃO N.º 058/84

DATA: 29 de junho de 1984.

SÚMULA: Fixa remuneração do Deputado Estadual, com vigência a partir de 1.º de julho de 1984.

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - A remuneração do Deputado Estadual será de 2/3 (dois terços) do que percebem, a quaisquer títulos, os Deputados Federais.

Art. 2.º - A parte fixa dos subsídios e a ajuda de custo, serão pagas proporcionalmente ao que percebem, sob esses mesmos títulos, os Deputados Federais; a soma da parte variável e das sessões extraordinárias corresponderão a 2/3 (dois terços) dos valores que a estes forem atribuídos por comparecimento a sessões no âmbito do Poder Legislativo Federal.

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor no dia 1.º de julho de 1984, ficando revogados o artigo 1.º da Resolução n.º 1, de 03 de janeiro de 1983 e demais disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 29/06/84.

TRAJANO BASTOS
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10.ª LEGISLATURA-2.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 11.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Basílio Zanusso, Ivan Gubert, Amélia Hruschka, Tadeu Lúcio Machado, Ervin Bonkoski, Caíto Quintana e Hermas Brandão. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei 35/83, do Deputado Tadeu França. É assegurado ao professor integrante do Quadro Próprio do Magistério do Estado, portador de mais de um padrão e que esteja regulamentemente aposentado em um deles, aposentar-se com os vencimentos do padrão remanescente, ao completar 60 anos de idade. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência. Deferido. 2) Projeto de Lei 101/83, do Deputado Roberto Requião e outros. Estabelece concessão de direito real de uso para terras públicas urbanas e dá outras providências. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer contrário. Aprovado. 3) Projeto de Lei 63/84. Estabelece que a rede estadual de ensino de 1.º e 2.º Graus, na disciplina religiosa, setenta por cento das aulas, seja sobre a vida e os ensinamentos de

personagens do Antigo e Novo Testamento. Relator Deputado Caíto Quintana. Requerimento de vistas do Deputado Augusto Carneiro. Deferido. 4) Projeto de Lei 34/84 do Deputado Rubens Bueno. Dispõe sobre eleições diretas para Diretores de estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º Graus, regular e especial da rede Estadual de Ensino. Relator Deputado Caíto Quintana. Requerimento de vistas do Deputado Ezequias Losso. Deferido. 5) Proposição 128/84 do Poder Executivo - Mensagem 117/84. Encaminha cópia autêntica de convênio entre o Estado através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao Programa de Mobilização Energética. Relator Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 6) Projeto de Lei 37/83, do Deputado Tadeu França. Ao professor integrante do Quadro Próprio do Magistério do Estado é assegurado direito de permanência com 01 ou 02 padrões que seja titular, mesmo residindo em outro Estado da União estando por conseguinte impossibilitado de ministrar as aulas a que tem direito no Paraná. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer contrário. Aprovado. 7) Proposição 151/84, do P.E. - Veto ao Projeto de Lei 216/83, Deputado Anibal Khury. Dá nova redação ao inciso 3.º e ao parágrafo 3.º do Artigo 140 da Lei 6174. Parecer Favorável. Aprovado para apreciação do Veto. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. 8) Proposição 150/84, do P.E. - Veto ao Projeto de Lei 243/83, do Deputado Tadeu França. Dá nova redação ao caput do inciso XVII, ao artigo 1.º da Lei 4245. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer Favorável. Aprovado para apreciação do Veto. 9) Projeto de Resolução 120/84, da Comissão Executiva. Dá nova redação aos artigos 5.º, 6.º e 10.º da Resolução 57. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 10) Projeto de Resolução 119/84, do Deputado Francisco Escorsin. Dispõe sobre alteração de simbologia em Comissão do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 11) Projeto de Lei 185/83, do Deputado Airton Cordeiro. Autoriza o Poder Executivo destinar a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, verba mensal equivalente a 2.000 ORTNS. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer contrário. Aprovado. 12) Proposição 120/84, do P.E. - Mensagem 109/84. Encaminha cópia de termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado através da Secretaria de Planejamento e municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC em obras públicas nos referidos municípios. Relator Deputado Edmar Costa. Parecer Favorável.

Aprovado. 13) Projeto de Lei Complementar 160/84, do Deputado Caíto Quintana. Dá nova redação ao art. 73 da Lei Complementar n.º 2, Lei Orgânica dos Municípios. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado. 14) Projeto de Lei 144/84, do Deputado Odeni Mongruel. Declara de utilidade pública o Sindicato de Hotéis e similares de Curitiba. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável. Aprovado. 15) Proposição 130/84, do Poder Executivo - Mensagem 127/84. Cópia autêntica de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Estado através da Secretaria dos Transportes e o município de Sappema, objetivando execução de obras para construção ou recuperação de pontes. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável. Aprovado. 16) Projeto de Lei 106/84, do Deputado Sergio Spada. Dispõe sobre participação discente nos Conselhos Universitários e nas Congregações das Universidades e Faculdades Estaduais. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado com emenda. 17) Projeto de Lei 154/84, do Deputado Nelson Vasconcellos. Declara de utilidade pública a União dos Escoteiros do Brasil - Região do Paraná, com sede nesta Capital. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 18) Projeto de Lei 132/84, do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Institui o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente e dá outras providências. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 19) Projeto de Lei 116/83, do Deputado Tadeu França. Assegura ao professor docente em Fundações Universitárias Estaduais direito a permanência com até dois padrões de que seja titular na rede Estadual de Ensino de 1.º e 2.º Graus. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer contrário. Aprovado. 20) Projeto de Lei 123/84, do Deputado Hermas Brandão. Autoriza contagem de tempo de serviço ao Plano Nacional de Educação do Paraná - GEPLANAPAR, pelos professores estaduais. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 21) Proposição 133/84, do P.E., Mensagem 133/84. Cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado através da Secretaria de Planejamento e municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao Programa de Mobilização Energética. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. 22) Projeto de Lei 143/84, do Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva. Declara de utilidade pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras, com sede e foro em Tapejara. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. 23) Projeto de Lei 114/84, do Deputado Trajano Bastos. Declara de utilidade pública o Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Palmital, com sede e foro em Palmital. Relator Deputado Augusto Carneiro. 24) Projeto de Lei 221/84, do Deputado Jorge Amin Maia Filho. Declara de utilidade pública o Centro de Promoção Humana Integral de Marilândia do Sul - CEPRHIMS, com sede e foro no município de Marilândia do Sul. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presi-

dente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, Secretário.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
OSVALDO MARQUES
Secretário

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO – COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
BALANCETE DO MÊS DE JULHO DE 1984

Curitiba, em 27.08.84

pág. 25

ATIVO DISPONÍVEL	PASSIVO LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.10 – Tesouraria	986.910.378,37	986.910.378,37
EXECUÇÃO DA DESPESA		
202.11 - Pessoal Civil	4.456.792.644,00	211.11 - Pessoal Civil 4.766.628.000,00
202.12 - Obrig. Patronais	238.297.428,00	211.12 - Obrig. Patronais 244.000.000,00
202.21 - Mat. de Consumo	168.735.502,46	211.13 - Inativos 1.110.000.000,00
202.22 - S. T. e Encargos	1.905.876.036,33	211.14 - Pensionistas 259.500.000,00
202.23 - Desp. dos Exec. Ant.	1.952.502,47	211.15 - Salário Família 26.000.000,00
202.31 - Sub. Sociais	211.062.000,00	211.16 - Out. Transf. a Pessoas 1.000.000,00
202.41 - Inativos	1.108.902.170,00	
202.42 - Pensionistas	258.581.364,00	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO
202.43 - Salário Família	22.115.697,00	211.21 - Mat. de Consumo 200.000.000,00
202.44 - Apoio Financ. a Est.	— 00 —	211.22 - S. T. e Encargos 1.701.938.000,00
202.45 - Assist. Méd. Hosp.	60.000.000,00	211.23 - Desp. do Exec. Ant. 2.000.000,00
202.46 - Out. Transf. a Pessoas	800.640,00	211.24 - Sub. Sociais 211.062.000,00
202.51 - Obras Instalações	362.499.999,99	211.25 - Apoio Financ. a Est. — 00 —
202.52 - Equip. e Mat. Perm.	64.949.092,00	211.26 - Assist. Méd. Hosp. 60.000.000,00
	8.860.565.076,25	
CONTAS PENDENTES		CAPITAL
203.11 - Desp. Diferidas	— 00 —	211.31 - Obras Instalações 465.000.000,00
203.12 - Out. Cont. Pendentes	— 00 —	211.32 - Equip. e Mat. Perm. 55.000.000,00
203.13 - Div. Responsáveis	549.358,00	
		CREDITORES
		212.10 - Despesas Empenhada 143.717.992,56
		213.10 - Despesas Processada 507.436.715,97
		213.20 - Folha de Pagamento 14.014.195,00
		213.30 - Restituições 677.359,62
		665.846.263,15
		CONTAS PENDENTES
		215.10 - Out. Contas Pendentes 9.664.840,83
		RESTOS A PAGAR
		216.10 - Empenhadas 3.150.125,64
		216.20 - Processadas — 00 —
		216.30 - Cred. em Consignações — 00 —
		216.40 - Proc. Fol. Pagamento — 00 —
		3.150.125,64
		CREDITORES DIVERSOS
		217.10 - Consignações 67.235.583,00
		TOTAL DO PASSIVO 67.235.583,00
		745.896.812,62
		9.848.024.812,62
TOTAL DO ATIVO	9.848.024.812,62	

(a) DIRETOR DE APOIO TÉCNICO

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", EM 02 DE AGOSTO DE 1984
(a) COORDENADOR DE CONTABILIDADE

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA

B A L A N C E T E

ENCERRADO EM 31 DE JULHO DE 1984

ATIVO	PASSIVO
DISPONÍVEL	EXIGÍVEL
Caixa	Seguros a Recolher
Banco Estado Pr. - C/C 3138	Títulos Descontados
Banco Estado Pr. - C/C 29600	PATRIMÔNIO
REALIZÁVEL	Patrimônio Líquido
Banco Estado Pr. - Poupança	RECEITA
Caixa Econ. Fed. - poupança	Renda de Contribuições
Valores Mobiliários	Renda de Títulos
Empréstimos Concedidos	Juros de Empréstimos
Títulos a Receber	Outras Rendas
IMOBILIZADO	
Móveis e Utensílios	
DESPESA	
Inativos	
Serviços de Terceiros	
Materiais de Consumo	
Seguros	
Despesas Bancárias	
Representações	
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 2.587.346.441,94 (dois bilhões, quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e um cruzeiros e noventa e quatro centavos).

TÉRCIO ALBUQUERQUE
Tesoureiro

ANTÔNIO M. ANNIBELLI
Presidente

VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC-PR 6635